

O PROCESSO DE JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE

Cristiane Kuhn de Oliveira

Mestre em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professora e Coordenadora Pedagógica nos municípios de Jussara e Irecê-Ba. E-mail: cristiane-kuhn@hotmail.com

Adenir Carvalho Rodrigues

Mestre em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professor da Rede Estadual de educação e Presidente do Conselho Municipal de Educação no município de Bonito-Ba. E-mail: adcfilos79@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo apresenta a investigação sobre o fenômeno da juvenilização das turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA na Escola Municipal Professor Roberto Santos, no município de Jussara-Ba, no período de 2015 a 2017. Trata-se de um aspecto de fundamental importância para a modalidade, considerando a necessidade de compreender com mais clareza esse processo de escolarização que inclui um expressivo número de jovens que deveriam estar no ensino regular. Para realizar a investigação, optamos como percurso metodológico pela pesquisa de abordagem quantitativa e documental, a partir da análise das Atas de Resultados Finais, a fim de observar a ocorrência do processo de juvenilização no referido período. Os resultados evidenciam a existência de turmas formadas majoritariamente por jovens, sendo estes com histórico de reprovação e evasão. Diante da investigação apontamos a necessidade de promover a articulação de ações político-administrativas e pedagógicas, num esforço coletivo que contribua para a qualidade da educação ofertada.

Palavras-Chave: Juvenilização, EJA, Educação.

Introdução

A definição de juventude aborda vários aspectos, além da definição sociocultural, porém neste trabalho, discutiremos o conceito de juventude a partir da faixa etária, ou período da vida, por se tratar de uma abordagem muito frequente nas discussões referentes à juventude, constituindo uma categoria fluída e mutável. Esse referencial também contribuirá para estabelecer um recorte dos sujeitos que compõe esta modalidade. De acordo com a UNESCO, o termo “juventude” refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas transitam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes

mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero.

A Assembleia Geral das Nações Unidas define, para a América Latina, jovens como sendo o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos, sendo os limites dessa fase variáveis segundo contextos particulares, mas geralmente está localizado neste grupo de pessoas. (UNESCO, 2004).

A Educação de Jovens e Adultos – EJA enquanto modalidade de educação e ensino, que nasceu da necessidade de oferecer educação para pessoas que, devido principalmente à inserção precoce no mundo do trabalho e ao acesso tardio ao mundo da escola para assegurar sua sobrevivência e da família, ou por quaisquer outros motivos, não concluíram sua escolarização na idade regular¹.

A juvenilização das turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA tem se constituído nos últimos anos como um desafio para a escola, diante da evidência da diversidade. O objetivo deste trabalho foi investigar e analisar o fenômeno da juvenilização das turmas de EJA, na Escola Municipal Professor Roberto Santos, no município de Jussara-Ba, no período de 2015 a 2017.

Durante os anos de trabalho como professores e como coordenadora pedagógica da EJA inquietava-nos as indagações de professores e demais colegas sobre o expressivo número de jovens que buscam a modalidade como fuga do ensino regular. Abordar esse tema provoca a reflexão e a discussão sobre um aspecto de fundamental importância para a modalidade, considerando a necessidade de compreender com mais clareza esse processo de escolarização que inclui um expressivo número de jovens que deveriam estar no ensino regular. Este artigo surge como pontapé para posteriores pesquisas a partir da confirmação do processo de juvenilização.

Pesquisar o processo de juvenilização das turmas da EJA na referida escola torna-se importante, na medida em que poderá contribuir para revelar-se e desvelar-se de que forma esse fenômeno atinge a escola. Nessa perspectiva, esse estudo fundamental por possibilitar a reflexão e fornecer subsídios para a melhoria da qualidade da oferta da modalidade na escola.

Metodologia

¹ Refere-se à educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade garantida na Lei nº 12.796, de 2013. O direito a esse tipo de ensino foi ratificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) e está inserido nessa lei como modalidade da educação básica.

Este artigo é uma continuidade dos estudos obtidos na pesquisa que gerou a dissertação *A Educação de jovens e Adultos na Escola Municipal Professor Roberto Santos no município de Jussara-Bahia: o subir a ladeira*, realizada no Mestrado em Educação e Diversidade, do Programa De Pós-Graduação da Universidade Estadual da Bahia (MPED - UNEB). A pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal de Jussara, Bahia, focando as turmas noturnas (EJA) – utilizando como instrumento metodológico: análise documental. O intuito foi de investigar o fenômeno da juvenilização dessas turmas no período de 2015 a 2017.

Para o presente trabalho, analisamos as Atas de Resultados Finais observando dados referentes ao número de matrícula, idade dos alunos, taxa de aprovação, reprovação, abandono e evasão.

A introdução do trabalho se dá com a delimitação da categoria de juventude a partir da faixa etária. A partir de então abordaremos o fenômeno do processo de juvenilização da modalidade, suas causas e reflexos no cotidiano escolar. Em seguida, traremos os dados, buscando refletir sobre os mesmos, com base no que os autores estudados dizem sobre os aspectos analisados, o que nos permite identificar evidências e propor estratégias de intervenção e melhoria.

Resultados e Discussão

Na contemporaneidade, as discussões em torno da educação escolar debatem sobre uma escola preparada para proporcionar um ensino de qualidade, respeitando a heterogeneidade e a individualidade da comunidade escolar.

Dentre as leis que regem a educação nacional e dentre muitas teorias e práticas educacionais nos mais diversos espaços, almeja-se a efetivação da escola de qualidade para todos a partir da melhoria do ensino no país, onde todos possam desenvolver sua criticidade e sua emancipação enquanto sujeitos históricos e culturais.

Os pressupostos de acesso, qualidade e permanência desta modalidade garantem o respeito às características do aluno, oferecendo oportunidades educacionais adequadas em relação a seus interesses, suas condições de vida e de trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos estabelecida como uma modalidade de ensino lhe confere uma identidade própria, em que toda a sua ação deve ser planejada e executada de acordo com as necessidades dos sujeitos a que essa educação se destina. Nesse sentido, a EJA

não é considerada apenas um nível de ensino, mas uma categoria específica que abrange diversos níveis.

O conceito de educação de jovens e adultos se coaduna ao conceito de educação popular, ao movimento dado pela inescusável receptividade e competência científica dos educadores e educadoras, entre estas exigências se fortalece a compreensão crítica de que o processo de aprendizagem deve partir da vivência de cada aluno, contribuindo para que estes construam novos saberes e, com isto, encurtem as fronteiras do “não saber” como mais um fator de exclusão em suas vidas, concretizando, de fato, a construção do conhecimento e o desenvolvimento da cidadania, transformando suas vidas por meio do próprio conhecimento.

Reconhecida por ser uma proposta pedagógica flexível, que abarca a heterogeneidade, considera as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos, adquiridos a partir das vivências diárias e no mundo do trabalho, a modalidade EJA distingue-se do ensino regular em suas especificidades, com concepção, estrutura e metodologia próprias que buscam assegurar o direito à educação por toda a vida.

A EJA apresenta-se como resultado de uma fragilidade histórica e conjuntural da sociedade, em especial da educação, continuamente caracteriza-se por ser uma modalidade destinada a suprir a carência escolar daqueles que não participaram do processo regular de escolarização, quaisquer que sejam as causas desta negação de direito, ou que tiveram suas trajetórias escolares descontinuadas.

Embora todos os grupos etários tenham, na conjuntura atual, necessidades de aprendizagem incrementadas, a maior parte das pessoas que busca no sistema educacional brasileiro oportunidades de estudos acelerados em horário noturno (as características da educação básica de jovens e adultos mais claramente percebidas) são adolescentes e jovens pobres que, após realizar uma trajetória escolar descontínua, marcada por insucessos e desistências, retornam à escola em busca de credenciais escolares e de espaços de aprendizagem, sociabilidade e expressão cultural. (DI PIERRO, 2005, p. 1118)

As escolas brasileiras, em sua maioria, carregam ainda fortes traços que apontam para a dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença, de modo que a modalidade de EJA acaba perdendo-se em seu sentido de direito e a silenciar e neutralizar a multiplicidade, favorecendo o estabelecimento de homogeneização e de padronização.

A necessidade de se abrir para a diversidade, considerando a variedade cultural tem sido seu desafio, pois uma das características mais preponderantes desta modalidade é a heterogeneidade. Em muitos espaços tem se relevado a diversidade presente nas turmas,

contrariando o olhar multicultural e reforçando, assim, o abandono disfarçado e desprezando as especificidades.

As altas taxas de abandono escolar se alimentam de fatores socioeconômicos e da baixa qualidade do ensino aliada às altas taxas de reprovação. O analfabetismo é também um problema a ser enfrentado, carecendo de políticas públicas locais de incentivo e permanência na escola. Esses índices remetem à dívida social a ser sanada e à carência vivida pela educação ao longo da história.

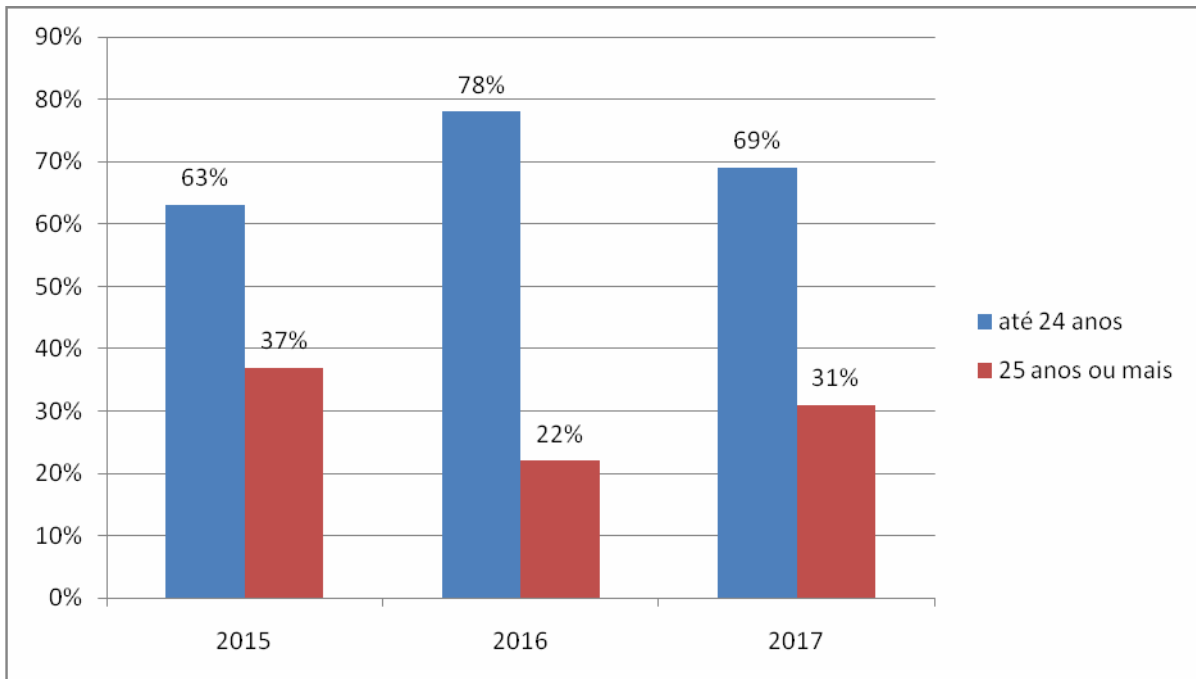
O nível educacional da população jovem cresceu à medida que houve diminuição expressiva na taxa de analfabetismo. É preciso considerar tais dados a partir da perspectiva da ampliação da oferta do ensino público, bem como o resultado da implantação de vários programas do âmbito estadual e federal de promoção da educação nas vias da regularização do fluxo escolar, alfabetização de jovens e adultos e correção da defasagem idade série.

A educação de jovens e adultos configura-se numa realidade de altas taxas de analfabetismo e de abandono escolar, ampliando, conseqüentemente, as taxas de distorção idade-série, por se apresentar como modalidade reparadora, interpretada, muitas vezes, como mera compressão do tempo de escolaridade, sujeita a ser meramente um atalho para a certificação.

Aliada a esta situação está a discriminação com a modalidade por atender especialmente os sujeitos de trajetórias descontinuadas e interrompidas, sendo simplesmente contemplada pelo discurso compensatório, suplantada em fatores que dispõem a ausência de preocupação com os fins da educação, com a qualidade e o compromisso da modalidade.

A Escola Municipal Professor Roberto Santos é a única escola, na sede do município de Jussara, a propor a EJA como modalidade de ensino entre os anos de 2015 e 2017, período investigado nesta pesquisa. Importante mencionar que o município não oferece Educação de Jovens e Adultos nos anos referentes a Alfabetização e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, alegando não haver procura de alunos para referidas turmas. Assim, o município de Jussara oferta a modalidade apenas para a continuidade do ensino regular, sendo popularmente conhecido como Anos Finais do Ensino Fundamental.

Abaixo o gráfico apresenta uma dimensão sobre a faixa etária dos alunos e a informação colabora com a pesquisa na compreensão de que, embora muitos estudos estejam voltados para a educação de adultos, o público jovem (até 24 anos de idade) da EJA na EMPRS supera expressivamente as demais faixas etárias.



Fonte: Atas de Resultados Finais

Com relação à faixa etária, percebe-se o predomínio de alunos com até 24 anos em todo o período pesquisado, o número de alunos jovens nas turmas superou 60%, considerando a faixa etária de 25 anos ou mais. Situação esta que confirma as mais recentes pesquisas que detectam um decréscimo na faixa etária de alunos na referida modalidade, a chamada juvenilização, que é o rejuvenescimento da população que frequenta a EJA.

Jovens e adolescentes estão cada vez mais buscando a modalidade, quando deveriam estar no ensino regular. Essa procura se dá devido a vários motivos, dentre estas razões algumas extrapolam os muros da escola, enquanto outras são consequências diretas da má qualidade da educação.

Elencamos aqui alguns fatores e propulsores do movimento de juvenilização da EJA, como a vulnerabilidade a que estão sujeitos estes jovens e adolescentes – a violência, o envolvimento com drogas e com o tráfico, a pobreza extrema, as questões familiares e a instabilidade em que vivem não permitem que tenham a educação como oportunidade, tampouco como prioridade, – a gravidez na adolescência, o ingresso precoce no mercado de trabalho e os problemas resultantes da falta de qualidade do sistema educacional: inexistência de planejamento curricular democrático e flexível, ausência de projeto político-pedagógico eficiente e eficaz que esteja inserido em um contexto social real e de interação, os altos índices de reprovação, a desmotivação, entre tantos outros, além da discriminação da EJA

pela equipe gestora que realiza o remanejamento dos alunos do ensino regular considerados problemáticos para as turmas de EJA a fim de se livrar da indisciplina e melhorar os índices do turno diurno da escola.

A heterogeneidade é um traço marcante nas turmas e muito além dos registros escolares, ela está presente na diversidade de comportamentos, valores e hábitos destes alunos. Repara-se que as especificidades discentes da EJA na escola investigada são caracterizadas pelo público diverso, que compreende jovens com histórico de envolvimento em brigas, pequenos furtos e uso de drogas cumprindo medidas socioeducativas, pessoas com deficiência, jovens que moram sozinhos, profissionais do sexo, trabalhadores sazonais, trabalhadores do campo, diaristas, alunos da sede e de outros povoados, comportando uma vasta heterogeneidade – de perfis, interesses, culturas, localidades, idades e histórias. Notadamente, permeados por experiências frustrantes e exclusões em relação à escola, como problemas de indisciplina, estigmatização, abandono, repetências, entre outros, marcando indubitavelmente suas trajetórias, escolhas e memórias.

A modalidade, ainda servindo de punição ou de única e última opção para os alunos problemáticos do ensino regular é inferiorizada em relação ao ensino regular, reforçando a seletividade, a exclusão e o ensino precário. A singularidade própria da EJA em relação às especificidades do seu público, aos seus interesses e às condições de oferta e permanência escolar começam a despontar no cenário das discussões da escola a partir do momento em que seus profissionais constroem sua identidade de profissional da modalidade EJA e tomam a luta pela sua visibilidade e inclusão nas políticas públicas municipais.

Apesar de este público ter em suas trajetórias escolares marcas de reprovações, evasão, início tardio da escolarização, rupturas e fragmentos de histórias de malogro, compõem um quantitativo que, de alguma maneira e, enfrentando muitas barreiras, já concluíram um percurso e caminham em busca de uma nova etapa. Estes alunos já conhecem a escola, estão retomando percursos, independentemente de serem egressos de programas aligeirados de alfabetização ou do ensino regular, todos compõem um perfil de histórico escolar já iniciado, impulsionados, quaisquer que sejam as razões, a vencer mais uma etapa, a superar sua história de exclusão e insucesso.

Importante mencionar que a caracterização dessas especificidades não pretende em qualquer momento estigmatizar o público da EJA desta escola, ao contrário, parte como objetivo deste trabalho a fim de analisar o processo de juvenilização da modalidade.

Conclusões

Por muito tempo a EJA foi pensada e organizada apenas como Educação de e para Adultos, objetivando a alfabetização deste público. O processo de juvenilização do público que frequenta essa modalidade exige alargamento das análises, discussões e propostas que considere o perfil diverso e heterogêneo, sua construção histórica e social dos jovens alunos. Suas necessidades, potencialidades e expectativas frente a escola e ao futuro devem ser consideradas como eixo orientador das propostas a fim da garantia do direito a educação digna e de qualidade.

As diretrizes e bases da educação nacional dispõem em seus documentos princípios que contemplam a educação de jovens e adultos, considerando as suas condições para garantir o acesso e a permanência na escola através da flexibilização de horário, de adaptações às necessidades do aluno a fim de garantir desempenho educacional. “O poder público viabilizará e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares”. (Inciso II do Art. 37 LDB 9394/96).

As reflexões aqui apresentadas validam a importância de uma educação que articule ações político-sociais, com o intuito de fomentar no espaço escolar o respeito à heterogeneidade, considerando as diferenças, à igualdade de oportunidades e a diversidade. Diante disso, os profissionais que atuam na modalidade devem perceber o aluno jovem da EJA, acima de tudo enquanto jovem, e não como somente como mais um aluno com histórico de insucesso na trajetória escolar, sem considerar suas diversidades e constituições identitárias.

Diante da pesquisa realizada na Escola Municipal Professor Roberto Santos percebe-se o processo de juvenilização das turmas de Educação de Jovens e Adultos. É fundamental que se ofereça condições, atendendo às necessidades específicas desses sujeitos, desde a estruturação do espaço físico, a aquisição de materiais específicos para a prática pedagógica, a oferta de formação continuada para os profissionais que atuam nessa modalidade de educação, a visibilidade da modalidade enquanto integrante da escola e fundamental no processo de escolarização a fim de que seja garantido não somente o acesso, mas também a permanência desses alunos na escola.

Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005.

UNESCO, **Políticas Públicas de/para/com as Juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.